

CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO NOVE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2017

Aos doze dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta vila de Fornos de Algodres
no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a
Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina
Fonseca, que presidiu, Rita Isabel Almeida Silva, Alexandre Filipe Fernandes Lote, João
Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e José Fernando Almeida Tomaz, Vereadores
Deu-se início aos trabalhos pelas dez horas e trinta minutos
Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores presentes
informando que estariam presentes o Chefe de Divisão Técnica Municipal e o Chefe de
Divisão de Administração Geral
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara informando que os documentos apresentados refletiam, o que em termos políticos, se tinha feito no ano anterior, realçando as taxas de execução tanto do lado da despesa como da receita. De seguida deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral que informou que a nível dos indicadores tinha havido um crescimento da receita face a 2015 de 3,81%, tendo as receitas fiscais diminuído 1,47% devido ao decréscimo do IMI, em virtude dos agregados familiares com rendimentos inferiores a € 15.00,00 estarem isentos. As despesas de capital aumentaram 4,31%, tendo as despesas com pessoal reduzido cerca de € 66.000,00, sendo a execução da receita corrente de 96% e a despesa corrente de 90,4%. A nível de execução orçamental as despesas com o

CONTAS DE 2016 --



CÂMARA MUNICIPAL

pessoal eram o maior peso na Câmara com cerca de € 1.700.000,00, seguida da aquisição de bens e serviços com cerca de € 1.300.000,00. A nível de rácios, quer o rácio de liquidez geral quer o de liquidez imediata, se situavam na meta de 1%. Já o rácio de solvabilidade rondava os 1% o que queria dizer que a Câmara conseguia cumprir os seus compromissos. De salientar, também, a diminuição da dívida bancária em cerca de € 1.440.000,00, -----De seguida interveio o Senhor Vereador Alexandre Filipe Fernandes Lote, salientando a boa execução que houve a nível da despesa e da receita. Realçou o facto de terem voltado a ter um saldo global efetivo positivo e a melhoria que se tinha verificado, de um modo genérico, nos indicadores do balanço. Salientou, ainda, que tal tinha sido conseguido pagando € 2.000.000,00 de serviço de dívida, o que fazia com que em três anos o Municipio tivesse pago € 6.000.000,00, que equivalia a um ano de orçamento, o que dizia bem do esforço e do rigor que existia a nível do controlo de contas por parte da autarquia, deixando um agradecimento a todos os colaboradores pela forma responsável, eficaz e eficiente com que desempenharam as tarefas e permitiram alcançar esses resultados. -----Usou da palavra o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz informando que relativamente aos números, à parte técnica, não poria em causa a situação que podia estar evidenciada no documento, até porque a informação que os vereadores da oposição acabavam por ter, ou obter, não eram suficientes para verem se algo estava bem ou se estava errado, não pondo em causa sequer que estivesse errada. -----Interveio o Senhor Presidente informando que no inicio do ano de 2016 as contas foram vistas, documento a documento, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por um técnico e que até ao momento não tinha tido qualquer informação relativamente a essa quase auditoria, em que pela 1ª vez o Presidente da Assembleia Municipal esteve, durante quase um mês, a escalpelizar todos os documentos que estavam na contabilidade. Logo se tivessem encontrado algo de anormal, já teriam feito queixa. -----O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz informou que de qualquer modo, e como dizia, os números deviam responder por si, pelo que não gostaria de deixar passar alguns pedidos de esclarecimentos, nomeadamente a questão do rácio de solvabilidade que tem vindo a aumentar, uma décima é verdade, mas ainda assim abaixo de 1; a continuação dos fundos próprios muito negativos, sendo que passaram a ser mais negativos do que eram no ano E 2013/2017



CÂMARA MUNICIPAL

passado, não sabendo porquê, face aos resultados que o executivo evidenciava e à gestão tão controlada. Na sua opinião poderia ser melhorada a questão do património e de algumas reavaliações que poderiam ser feitas dando como exemplo a participação do Município nas Terras Serranas e Fornos Vida, no sentido de a mesma puder valer mais que os € 23.000.00. A Senhora Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal não estava em condições de fazer reavaliação das sociedades uma vez que estão a contestar judicialmente esses bens enquanto propriedade da Câmara Municipal, pelo que nesta fase essa questão não se coloca. O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz questionou ainda se haveria parecer do revisor oficial de contas relativamente aos documentos de prestação de contas de 2016, tendo o Senhor Presidente informado que não, sendo a explicação a mesma da do ano anterior. O Senhor Vereador mantinha a sua posição, que este documento deveria ter sido analisado primeiro pelo revisor e só depois por eles, o que ajudaria o executivo a tomar uma decisão. Relativamente à redução do custo com o pessoal, solicitou esclarecimentos uma vez que no ano anterior tinha havido um aumento, e que até era um valor bastante elevado, e agora havia uma redução de € 66.000,00. -----O Chefe de Divisão de Administração Geral informou que tinha a ver com a classificação dos Contratos Emprego Inserção que deixaram de estar contabilizados como pessoal. -----Segundo o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz essa informação deveria estar explicada no documento. Na sua opinião as explicações dadas nos relatórios eram curtas e havia falta de transparência nos esclarecimentos dados. As rubricas outros deveriam merecer sempre um esclarecimento a seguir. Solicitou ainda esclarecimento sobre o porquê de se estar a ir buscar os resultados transitados desde 2004 ao que a Senhora Vice-Presidente respondeu que o rácio em si, reunia os resultados transitados que são negativos desde 2004, o que contribui para o valor negativo deste rácio. -----Relativamente ao mapa das contratações o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz salientou que, embora os ajustes diretos fossem feitos dentro da lei, havia alguns que eles nem sequer nunca tinham ouvido falar, que não tinham conhecimento. -----Interveio a Senhora Vice-Presidente informando que o Município de Fornos de Algodres, se encontrava em 2.º lugar no total dos municípios que mais melhoraram o índice de dívida total e em 5.º lugar em eficiência financeira no total dos municípios do distrito da Guarda, pelo que



CÂMARA MUNICIPAL

os argumentos que os semiores vereadores de oposição apresentam não são uma justificação
válida para a não aprovação dos documentos de prestação de contas de 2016. Referiu ainda
que, a falta de transparência a que se refere o Senhor Vereador lhe parece ofensiva e contradiz
o trabalho desenvolvido por este executivo, pelo que é sua opinião reconsiderar a afirmação
que proferiu
Usou da palavra o Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa informando
que corroborava em tudo com que o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz tinha
dito. O relatório era vago, a rúbrica outros por vezes tinha valores que eram relevantes e que
não eram explicados e que gostaria que fossem. Se era um relatório de gestão, continuava a
revelar uma gestão que não era aquilo que os vereadores da oposição sempre disseram que
deveria acontecer no concelho, ou seja, o investimento e a criação de emprego
Interveio o Senhor Presidente afirmando que tudo era feito com a maior transparência. Havia
opções de gestão que eram feitas pelo executivo, algumas da sua competência, nomeadamente
a questão dos ajustes diretos, e como tal podia ele próprio decidir relativamente a essas
situações, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos. Nos ajustes diretos, e sempre que
possível, privilegiava sempre as empresas do concelho de Fornos de Algodres. Como tal, da
sua parte, estava contente com o relatório pelo facto de espelhar tudo aquilo que tinha sido
feito ao longo do ano, e anotava sempre as críticas que a oposição fazia relativamente ao
mesmo. Sendo este o último relatório apresentado neste mandato, não havia dúvidas que se
comparassem com os que eram apresentados anteriormente, não tinha nada a ver uma coisa
com outra. Relativamente à crítica feita pelo Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes
Felício da Costa, o investimento que se faz é aquele que é possível fazer, não é a Câmara que
irá fazer o investimento na criação de fábricas, mas sim criar condições para que as fábricas
que quiserem investir em Fornos o possam fazer
O Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa afirmou que não tinha dito que
tinha que ser a Câmara a fazer o investimento, mas sim criar as condições para isso,
nomeadamente na Zona Industrial de Juncais, ou a criação de uma incubadora de empresas
Usou da palavra o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmando que
relativamente à palavra transparência corrigia para mais clareza e que tinha sido das primeiras
pessoas a dizer nas reuniões, que a evolução dos relatórios tinha sido enorme, mas, tal como



CÂMARA MUNICIPAL

de relatóriode relatório
Interveio o Senhor Presidente para informar que relativamente à questão da incubadora de
empresas, a mesma ainda não tinha sido criada por sua opção. Será criada quando se verificar
que existe um conjunto de empresas que se queiram fixar em Fornos
O Senhor Presidente propôs a aprovação dos documentos de prestação de contas de 2016
O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz informou que os Vereadores do PSD iriam
entregar declaração de voto, que se dá aqui como transcrita:
"Relatório 2016
- 전에서 가게 그리나의 마이에 다른 가입이 되어 가입니다 되어 있는 점에 없어 나를 되었다. 전에 되어 되었는데 되었다.
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - Declaração de Voto dos vereadores do PSD
Os vereadores do PSD analisaram com o cuidado possível o Relatório de Prestação de
Contas relativos ao exercício de 2016 tendo observado alguns aspetos que merecem a nossa
preocupação e que importa elencar
A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no exercício de 2016, à semelhança dos anos
anteriores, continuou a não assumir o papel de motor do desenvolvimento do concelho, na
medida em que se verifica que a execução das grandes opções do plano, ainda que pareça
denotar uma concretização quase plena, atingida facilmente com as várias revisões e
alterações orçamentais, se limita a gerir as despesas em função das receitas emanadas do
poder central e que, no ano em análise, até tiveram um aumento significativo
Aliás, não seria de esperar outra coisa, já que os Planos de Atividades nunca apresentaram
objetivamente projetos estruturantes que visassem a dinamização da criação de um Parque
Empresarial, ou o apoio efetivo ao desenvolvimento da economia local ou mesmo à criação
de emprego estável e duradouro
Por outro lado, continuamos a verificar que os esclarecimentos prestados e a utilização da
rubrica "outros" continua a ser uma constante do Relatório de Prestação de Contas,
evitando fazer referência aos aspetos que não interessa evidenciar
Relativamente à Prestação de Contas, não pondo causa os números apresentados, não
podemos deixar de continuar a referir que o parecer do revisor oficial de contas seria um
documento que ajudaria a uma mais adequada expressão de opinião. Mesmo assim, não
deixarem de apontar alguns aspetos de contabilização de despesa nalgumas rúbricas que,



CÂMARA MUNICIPAL

denotando intenções que visam criar a impressão de que houve reduções efetivas de despesa, sobretudo com o pessoal, pretendendo assim esconder os gastos com algumas rúbricas, nomeadamente os gastos com as medidas de emprego. ————————————————————————————————————
nomeadamente os gastos com as medidas de emprego
Consideramos também que as dividas das empreitadas impugnadas judicialmente, e outras que foram sendo criadas como as dividas às Aguas, deveriam ser abordadas e refletidas, mais uma vez, para o Relatório, com a evidência da sua evolução no contencioso, já que todos os fornecedores aguardam a sua liquidação, por terem sido incluídas no PAM do
que foram sendo criadas como as dividas às Aguas, deveriam ser abordadas e refletidas, mais uma vez, para o Relatório, com a evidência da sua evolução no contencioso, já que todos os fornecedores aguardam a sua liquidação, por terem sido incluídas no PAM do
mais uma vez, para o Relatório, com a evidência da sua evolução no contencioso, já que todos os fornecedores aguardam a sua liquidação, por terem sido incluídas no PAM do
todos os fornecedores aguardam a sua liquidação, por terem sido incluídas no PAM do
Município
Continuamos a considerar que há aspetos que carecem de ser melhorados, como sejam a
transparência e os esclarecimentos necessários ao entendimento do relatório, bem como o
acatamento das sugestões e opiniões dos vereadores da oposição
Face a tudo isto, entendem os vereadores do PSD que não estão reunidas as condições para
uma relação de confiança no Relatório apresentado pelo que votam contra o Relatório de
Prestação de Contas de 2016, sendo esta a sua declaração de voto que anexamos à ata
Fornos de Algodres, 12 de Abril de 2017"
A Câmara deliberou aprovar por maioria, com dois votos contra do Senhor Vereador João
Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e do Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz.
발생하다는 회사 이번 가는 학교에게 되었다는 그 전에 가는 사람들이 되었다면 하는데 되었다.
2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016
지금이 뭐라면 하게 되는 사람들이 되는 사람이 되었다. 이 사람이 사람이 되었다. 나를 보다 하는 것 같아.
À Assembleia Municipal é atribuída a competência de apreciar o inventário dos bens, direitos
e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos
de prestação de contas, conforme determina a alínea l) do n.º 2 do artigo 25 da Lei 75/2013 de
12 de setembro
Compete à Câmara Municipal submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os
documentos de prestação de contas, conforme o disposto na alínea i) do número 1 do artigo
33.° da Lei 75/2013 de 12 de setembro



CÂMARA MUNICIPAL

Propôs-se a submissão dos documentos de prestação de contas à Assembleia Municipal. ------

그 얼마 나는 내가 가는 사람들이 되었다. 이렇지만 하다면 하는 것은 사람이 되었다.
A Câmara deliberou aprovar unanimidade
3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 5/2017
O Chefe da Divisão de Administração Geral emitiu parecer sobre a necessidade de se proceder
a uma alteração orçamental com caráter de urgência, a fim de reforçar algumas rúbricas
orçamentais para fazer face a necessidades urgentes, que se destacam:
- 02 020214 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria - Reforço para pagamento de
estudos e pareceres - € 8.500,00
- 02 040701 - Instituições sem fins lucrativos - Reforço para pagamento de subsídios - €
1.035,00
- 02 040802 - Famílias - Outras - Reforço para pagamento de bolsas de estudo - € 1.100,00
O Chefe da Divisão de Administração Geral informou ainda que este pedido cumpre o
disposto na legislação aplicável em matéria de alteração orçamental
Face ao exposto, em virtude de reunir critérios adequados e de acordo com o parecer do Chefe
da Divisão de Administração Geral propôs-se a alteração orçamental n.º 5/2017
A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a alteração orçamental n.º 5/2017
4 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI E
AMR) N.º 5/2017
O Chefe de Divisão de Administração Geral emitiu parecer sobre a necessidade de se proceder
a uma alteração orçamental com carater de urgência, a fim de reforçar uma rúbrica do PPI para
fazer face a uma necessidade urgente, que se destaca:
- Projeto n.º 2017/28 - Remodelação e Requalificação da EB 1 de Figueiró da Granja - Projeto
- Reforço de financiamento não definido para efeitos de candidatura - € 245.218,20
E 2013/2017



CÂMARA MUNICIPAL

O Chefe da Divisão de Administração Geral informou ainda que este pedido cumpre o
disposto na legislação aplicável em matéria de alteração orçamental
Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se a sua aprovação
A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a alteração às GOP (PPI e AMR) n.º 5/2017
5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA
O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação
A Câmara deliberou aprovar por unanimidade
Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião,
da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi lavrada a presente
ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)